





www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT @ CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXVI n° 6568 – 09 de maio de 2022

A votação para aprovação do relatório da Cassi 2021 já começou e vai até o dia 12/05

O SindBancários Petrópolis, seguindo a orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) orienta a aprovação do Relatório 2021 da Caixa de Assistência dos funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A votação já começou e vai até a próxima quinta-feira, dia 12/05, às 18h. É possível votar pelo site, SISBB, App ou terminais de autoatendimento do BB.

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, lembra que o documento reflete na íntegra a realidade do balanço patrimonial da entidade no exercício de 2021 e já foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da entidade, além de auditoria independente.

A atual gestão da Cassi procura se amparar nos resultados do Plano Cassi Família para dissimular o mau resultado do Plano de Associados, que consumiu 100% dos recursos arrecadados com despesas assistenciais. "Esses números só comprovam que é necessária uma mudança na forma como utilizamos a Cassi, cuidando das pessoas, garantindo melhor qualidade de vida e evitando maiores gastos no futuro", completou Fukunaga.

Um ponto importante a ser lembrado é que a partir de 2022 o Plano de Associados não contará mais com a receita da taxa administrativa – paga pelo BB, de R\$ 133 milhões, até 2021 – negociada pelas entidades representativas do funcionalismo em 2019 na reforma do estatuto. "Temos que ter em mente que enquanto o sistema de saúde suplementar encontra-se em plena mutação, a atual gestão trata a Cassi como o seu quintal, voltada para dentro, e pouco interage com os demais agentes governamentais e de mercado. O resultado disso são serviços cada vez mais caros e a transferência da responsabilidade para os associados por meio do aumento das contribuições", finalizou o coordenador.

Bolsonaro é o primeiro presidente a deixar o salário mínimo valendo menos do que quando entrou

Com o atual Presidente da República e seu ministro da Economia, o salário mínimo do Brasil perdeu o poder de compra pela primeira vez, desde a implementação do Plano Real, em 1994. Bolsonaro vai terminar o mandato, em dezembro de 2022, deixando o piso salarial valendo menos do que quando entrou.

Desde o Plano Real, todos os presidentes, seja no primeiro ou segundo mandato, conseguiram reajustar o salário superando a inflação. Nenhum dos governantes, neste período, entregou um mínimo que tivesse perdido o poder de compra. Enquanto que sob o governo Bolsonaro, o Brasil terá uma perda de 1,7%, até o final do ano, segundo os cálculos da corretora Tullet Prebon Brasil.



A baixa, contudo, ainda pode ser maior se a inflação acelerar mais do que o previsto pelo mercado no Boletim Focus, do Banco Central, usado como base das projeções da corretora. Há 16 semanas, as previsões vêm sendo revisadas para cima.

A perda percentual significa uma queda no piso salarial de R\$ 1.213,84 para R\$ 1.193,37 entre dezembro de 2018 a dezembro de 2022. De acordo com o relatório da corretora, a perda inédita está relacionada ao ajuste fiscal que mostra o impacto de reajustes no piso em uma gama de outras despesas da União, como benefícios sociais e gastos com Previdência. Mas há, principalmente, uma relação também direta com a aceleração da inflação. A avaliação é de que a reposição da inflação passada que o governo Bolsonaro vem promovendo não garante a preservação total do poder de compra do salário mínimo diante do aumento dos preços cada vez maior de um ano para o outro.

Há três anos, não há reajuste do piso acima da inflação como prevalecia a regra de correção, que considerava a inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. De 2019 para cá, o governo apenas reajusta a perda resultante da inflação anual acumulada, que é obrigatória por norma constitucional. O valor do mínimo, sem qualquer ganho real de poder de compra, já havia rendido ao Brasil, no começo deste ano, o posto de segundo país com o menor salário mínimo. A perda foi constatada pelo estudo da plataforma CupomValido, que levou em comparação os 35 países membros da OCDE.